

Contra o PLP 257: petição on-line para barrar projeto

O PLP (Projeto de Lei Complementar) 257/2016, de autoria da presidência da República e apresentado em março, é um 'pacote de maldades' contra o servidor público e precisamos estar atentos a tramitação, evitando que esse projeto nocivo vá para a frente! Ele tramita hoje na Câmara dos Deputados, em regime de urgência.

Por isso, devemos nos UNIR e assinar a petição on-line, disponível na página "Petição Online". Mostre sua indignação com o Governo Federal. Não vamos pagar a conta!

O PLP tem o pretexto de resolver os problemas das dívidas públicas dos Estados e municípios, mas na realidade desmonta o serviço público em geral, inclusive da União, com prejuízos graves para toda a população, especialmente para

as camadas mais necessitadas.

Entre outros absurdos, o PLP 257 acaba com concursos públicos, escancara a terceirização generalizada, congela salários e altera a Lei de Responsabilidade Fiscal em prejuízo dos entes federativos, mediante a redução do limite prudencial.

É, claramente, uma proposta nefasta de privatização do Estado brasileiro, em favor dos grupos financeiros especuladores e de empresas interessadas nas terceirizações decorrentes.

Também dispõe sobre a reforma da Previdência Social com a retirada de direitos, a demissão voluntária de servidores e o fim da regra de valorização do salário mínimo. Trata-se, na verdade, de instrumento criado pelo

governo federal para buscar sustentação política junto aos governadores e apoio do mercado financeiro.

A dívida pública é um grave problema e requer soluções que não sejam tão somente a penalização dos trabalhadores e da sociedade, com o sucateamento dos serviços públicos.

Jogar a conta da crise nas costas dos servidores públicos não é a solução.

Não podemos aceitar um projeto que acarretará no fim de concursos públicos, congelamento de salários, ampliação da terceirização e precarização dos serviços, entre outros problemas que não resolveriam o problema financeiro e acarretariam no desmonte do serviço público que construímos com muita luta!

A PEC também limitaria os investimentos na Saúde e Educação ao percentual da inflação. Se temos déficit de trabalhadores, equipamentos e estrutura hoje, como ficaremos com um investimento escasso?

A proposta será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação. Se aprovada, segue para Câmara e Senado. Vamos acompanhar!

PEC 241/2016 de Temer precariza o trabalho, congela salários e desmonta previdência serviço público

Em busca de economia, o governo interino de Michel Temer mirou nos servidores públicos para, novamente, 'pagarem a conta' das dívidas do Estado. O "Novo Regime Fiscal" é o nome dado para a PEC 241-2016) do governo.

A Proposta age contra os servidores públicos, que poderão ficar com seus salários congelados por 20 anos, além de um desmonte da

Previdência, com dispensa de servidor por insuficiência de desempenho e restrição na concessão de pensões.

Além disso, se a PEC for aprovada, o governo federal não realizará novos concursos públicos, bem como o reajuste do funcionalismo público, alteração de estrutura de carreira ou criação de cargos que impliquem aumento de despesa.

www.stmc.org.br

CURTA NOSSA PÁGINA DO
FACEBOOK

Twitter



**SINDICATO DO
TRABALHADOR DO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
DE CAMPINAS**



**Fone: (19) 3236.0665
www.stmc.org.br**

SEDE: RUA JOSÉ TEODORO DE LIMA, 49, CAMBUÍ, CAMPINAS

Junho/2016

Campanha Salarial 2016

MOVIMENTO VITORIOSO!

Nosso movimento grevista foi vitorioso. E são muitos os motivos.

Sempre foi difícil para a classe trabalhadora se organizar, mobilizar, reivindicar seus direitos. Em toda a história do movimento operário e sindical, essa luta sempre foi marcada pela necessidade de uma avançada consciência de classe. Isso não mudou.

Conseguir que uma categoria paralise suas atividades, saia da rotina cotidiana e se empenhe numa luta que sabemos quando e como começa, mas não quando e como terminará, já é uma grande vitória. **Lutar já é uma grande vitória!**

Mas, além disso, conseguimos vencer a resistência da Administração e avançamos de um não índice para um índice inflacionário oficial (ICV-DIEESE) atingindo um reajuste de 9,33%, que embora dividido em duas vezes nos salários, será integral nos vales alimentação e nutricional.

O vale nutricional dos Aposentados e Pensionistas possui um significado

simbólico e prático, pois é uma vitória de luta de duas décadas e que, há 3 anos, é reajustado devido ao pedido do Sindicato. A conquista é apenas o começo da isonomia de benefícios entre ativos e aposentados. É um caminho sem volta, e lutamos para estendê-lo a todos os aposentados e pensionistas!

O acordo também estabeleceu que os trabalhadores (as) que estiveram em Greve não terão os dias parados descontados nem repostos, haverá apenas reposição na Educação.

Os trabalhadores (as) em Estágio Probatório terão os direitos garantidos pela lei, assim como todos os outros servidores públicos, que não devem ser perseguidos ou assediados moralmente por participarem do movimento de Greve.

A nossa Greve deste ano durou 22 dias e foi encerrada no dia 13 de junho, mediante Acordo Judicial, homologado em Audiência de Conciliação, pelos representantes da categoria, legitimamente eleitos para tanto.

LOBOS EM PELE DE CORDEIROS

O STMC é pelo bem da categoria, garantindo reivindicações com o cuidado e responsabilidade de não prejudicá-la. Não devemos colocar interesses próprios e de grupos partidários a frente dos interesses da categoria, jogando o trabalhador (a) no abismo! O Sindicato é nosso verdadeiro instrumento de luta, com uma Diretoria eleita democraticamente e que prima pela defesa dos interesses dos servidores e pelo desenvolvimento de ações e lutas que criem condições de avançar nas conquistas e não retroceder.

No entanto, muitos "companheiros (as)" agem de forma irresponsável, radical e unilateral, propondo atos sem nenhum amparo legal. O STMC tem a obrigação de proteger o trabalhador (a), evitando que ele seja penalizado com faltas injustificadas e processos administrativos, motivados pela ação inescrupulosa de grupos partidarizados.

A condução segura e amparada juridicamente faz com que nossas Greves nunca tenham sido consideradas ilegais pela Justiça, apesar de grupos partidários se esforçarem para isso. Neste ano, os três pedidos da PMC de "abusividade" foram por ações isoladas, praticadas por esses grupos dentro do movimento grevista.

Por isso, fique atento! Não se deixe enganar por lobos em pele de cordeiros!



Dia a dia da GREVE:

23 de maio



A cidade de Campinas parou no primeiro dia de GREVE GERAL, com adesão massiva dos trabalhadores (as) da Prefeitura de Campinas. Tomamos as ruas, em uma grande passeata no Centro.

24 de maio



O trabalhador (a) mostrou no Paço Municipal que a nossa greve é democrática e com muita unidade! Tivemos nossas Plenárias Setoriais, pela manhã, e tomamos novamente as ruas do Centro da cidade.

25 de maio



8ª mesa de negociação da Campanha Salarial 2016. O Governo apresenta reajuste de 6%, dividido em 2 vezes: 30 de maio e 30 de setembro. Trabalhadores (as) rejeitam esta Proposta! A greve continua!

30 de maio



STMC protocola a rejeição da Proposta do Governo. A participação na Greve se intensifica. Novamente os trabalhadores (as) vão às ruas!

31 de maio



Trabalhadores saem em Passeata do Hospital Mário Gatti até o Paço Municipal, distribuindo carta aberta à população. Mostramos que nossa Greve é justa e necessária. Na chegada, os trabalhadores (as) se encontraram na Avenida Anchieta.

1º de junho



Entramos no 10º dia de Greve com o pedido do Governo de AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO na Justiça! A Administração também pediu ao juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública que endurecesse a liminar contra os trabalhadores (as). O Juiz NÃO CONCEDEU!

2 de junho



Completamos duas semanas de GREVE! Tivemos um grande Ato em defesa do funcionalismo público e contra a PLP 257, um 'conjunto de maldades' contra o trabalhador e que tira direitos tão duramente conquistados! Os dirigentes das entidades Conlutas, CTB, Fesspmesp, CUT e Intersindical participaram do ato.

6 de junho



Tivemos nossa primeira Audiência de Mediação na Justiça de Campinas, que não foi frutífera! A Administração propôs reajuste salarial de 9,33%, mas parcelado em três vezes, em maio, setembro e dezembro. A categoria rejeitou a proposta e manteve a GREVE! Neste dia, tomamos as ruas em passeata, sob forte chuva!

8 de junho



Pela manhã, um grupo de servidores junto ao Sindicato fizeram panfletagem em Terminais de ônibus com a Carta Aberta à população para mostrar as condições de trabalho e a luta pelo reajuste salarial. Nas setoriais, tivemos encaminhamentos para a organização da greve. A PMC divulgou que pediu a 'abusividade' da Greve, mas o juiz não apreciou o pedido.

7 de junho



Manhã agitada, com Plenárias Setoriais às 10h, momento importante de debate do nosso movimento. À tarde, tivemos Assembleia Geral que aprovou a continuidade da Greve! O Sindicato também comunicou e a Rádio CBN e a EPTV se retrataram sobre matérias erradas da proposta de 9,33% parcelada em três vezes.

3 de junho



Chegamos ao 12º dia com garra e coragem, sem arrego para esta Administração que não negocia com o trabalhador (a). Tivemos as nossas Plenárias Setoriais pela manhã, e uma intensa agenda cultural à tarde. Tivemos apresentações dos trabalhadores (as), com música, dança e teatro. Em Assembleia mantivemos a Greve.

9 de junho



No fim da 3ª semana de Greve, a Educação foi às unidades escolares para uma atividade com as famílias e população, esclarecendo o motivo da nossa Greve. À tarde, tivemos nosso 'Arriá' e Assembleia, que aprovou Moção de Repúdio aos casos de Assédio Moral contra trabalhadores (as) e os processos de perseguição política.

10 de junho



Pela manhã, tivemos as Plenárias e Aula Pública sobre Movimento Sindical! Tivemos também a dança Lian Gong, ginástica chinesa, e a presença do professor Luis Carlos de Freitas, na Plenária da Educação, sobre a Base Curricular Nacional. À tarde, os pais de alunos das nossas escolas mostraram apoio ao movimento grevista!

13 de junho



A Greve terminou mediante acordo judicial, homologado em Audiência de conciliação. Foi firmado reajuste salarial de 9,33% (ICV do Dieese), em duas parcelas de 5% em maio (retroativo) e 4,33% em setembro. Para os vales alimentação e nutricional será aplicado o índice retroativo a maio. Os dias parados não serão descontados nem repostos. Haverá reposição dos dias letivos.